

NOVO GOVERNO

PEC retira de vez Auxílio do teto

Minuta da proposta, entregue ao Congresso Nacional, prevê a exclusão do futuro Bolsa Família da regra fiscal em definitivo

» TAÍSA MEDEIROS
» RAPHAEL FELICE

A minuta da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, entregue ontem ao Congresso, prevê a exclusão do Auxílio Brasil do teto de gastos permanentemente. O texto também permite ampliar a aplicação em investimentos públicos, que seria na ordem de R\$ 23 bilhões, quando houver receitas extras — atualmente, essa ampliação de despesas é proibida, pois as regras fiscais obrigam que os valores sejam inteiramente destinados a abater a dívida pública.

O documento preliminar foi entregue pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin (PSB) para o relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI). A estimativa é de que cerca de R\$ 175 bilhões ficarão fora do teto para bancar o Auxílio, que voltará a se chamar Bolsa Família. Com o montante, o novo governo poderá dar continuidade ao pagamento de R\$ 600 do benefício e repassar os R\$ 150 para cada criança de até 6 anos, promessa de campanha de Lula.

O espaço aberto no Orçamento, de R\$ 105 bilhões, seria destinado à Farmácia Popular, ao reajuste real do salário mínimo e a investimentos.

“O que nós estamos fazendo aqui, do ponto de vista prático, é tomando uma medida de salvacão nacional. Esse Orçamento que está aqui, se nós não aprovarmos essa PEC — não estou fazendo terrorismo, não é meu estilo —, não temos como fechar o Orçamento. O Orçamento que está aqui tem furos de ponta a ponta. Quem vai abrir o espaço para isso daí é a PEC”, explicou Castro. A expectativa, conforme o senador, é que a proposta seja votada até o fim deste mês.

A proposta não contém valores nem prazos estabelecidos porque essa especificação deve constar na Lei Orçamentária Anual (LOA). “Não tem sentido colocar na emenda à Constituição o detalhamento. Isso é a Lei Orçamentária Anual. Mas, antes de votar a LOA, você tem de votar a PEC. A PEC tem um princípio de cuidado com a criança e erradicação da pobreza extrema. A LOA será relatada pelo Congresso e vai dizer quanto será investido na Farmácia Popular e em outros programas”, disse Alckmin.

Ele também comentou outro item incluído na minuta,

Joseph Eid / AFP



O vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, na reunião em que entregou a minuta da PEC da Transição ao presidente da Câmara, Arthur Lira



Queremos aprovar essa PEC antes de findar o mês de novembro, para que ela possa ir para a Câmara dos Deputados. O mais difícil no Senado não é a tramitação, é chegar a um entendimento de qual seria o texto mais adequado”

Marcelo Castro (MDB-PI), relator-geral do Orçamento

de retirar do teto as verbas recebidas por meio de doações para a preservação ambiental. “Não tem sentido uma doação, por exemplo, de um fundo internacional ou mesmo nacional para o meio ambiente você ter de pôr no teto. É dinheiro de graça, é doação, não tem lógica isso”, argumentou. “E, com isso, vamos poder receber mais recursos e preservar meio ambiente e ajudar no combate às mudanças climáticas. A mesma coisa a educação. Se uma universidade ou instituto federal recebe uma doação, um recurso ou tem uma transferência de um órgão ou de outro ente federativo, ela poder utilizar esse recurso.”

O vice-presidente eleito chegou, no início da noite de ontem, ao Senado, para entregar aos líderes das Casas o anteprojeto da PEC. Ele se reuniu com o senador Davi Alcolumbre (União-AP), que representou o presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL). O encontro ocorreu a portas fechadas e durou cerca de meia hora.

Sem tratoração

Em entrevista coletiva, Alcolumbre rebateu críticas, como a do senador Carlos Portinho (PL-RJ), à convocação, para ontem, de uma reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado. O político do partido de Bolsonaro disse que o chamamento ocorreu “na calada da noite” e que tinha “cheiro de manobra”.

De acordo com Alcolumbre não há intenção de “tratorar” a aprovação da PEC. “A gente tem todo o direito de contrapor, a gente tem todo o direito de discordar, mas a reunião da CCJ foi convocada para hoje (ontem) porque senadores e senadoras tinham projetos importantes”, frisou. “Infelizmente, não sei por que, o líder do governo disse que Pacheco e eu queríamos tratorar a comissão para cortar prazos para uma emenda que não existe. Não tem signatário da proposta, não tem 27 assinaturas, portanto não existe essa matéria tramitando.”

Segundo Alcolumbre, o que há é o “desejo de um governo que está alinhado à Câmara e ao Senado”.

» Economistas excluídos

Escolhidos para trabalhar no grupo de economia na transição, André Lara Resende, Guilherme Mello, Nelson Barbosa e Pérsio Arida ficaram fora das negociações da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, apresentada, ontem, ao Congresso, pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin. Eles foram “aconselhados” a não participar da discussão. Essa sinalização ficou clara quando Guilherme Mello chegou, ontem cedo, ao Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB), sede do gabinete de transição em Brasília, e disse que a “PEC era com o Senado”. O senador eleito Wellington Dias (PT-PI) admitiu que os economistas estão apartados das conversas sobre o assunto, mas minimizou a ausência deles. “A missão do grupo de trabalho da economia é mais abrangente”, disse.

Dias: zelo por contas públicas

O senador eleito Wellington Dias (PT-PI), responsável pelas discussões orçamentárias da equipe de transição, disse, ontem, esperar que o texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) negociada para viabilizar promessas de campanha do PT esteja pronto para iniciar tramitação no Senado no início da próxima semana. Segundo ele, a equipe está trabalhando para ter o máximo de entendimento até segunda-feira.

A equipe do governo de transição, coordenada pelo vice-presidente eleito Geraldo Alckmin, apresentou, ontem, uma sugestão de texto ao presidente da Câmara, Arthur Lira, e a senadores. Os senadores devem discutir a proposta internamente e apresentar um texto, cuja primeira assinatura e autoria deverá ser do relator-geral do Orçamento de 2023, senador Marcelo Castro (MDB-PI).

Cortes

Dias também declarou que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva tem “muita responsabilidade” com as contas públicas” e sinalizou que “com certeza” haverá no novo governo petista um plano de corte de despesas com pessoal e custeio.

“Certamente, haverá um plano para cortes de despesas, de controle de despesas, como de pessoal, de custeio, de várias outras despesas, na perspectiva de se ter medidas que vão trazer o endividamento, que está se aproximando de 90% do PIB (Produto Interno Bruto), para um patamar menor”, ressaltou, em entrevista coletiva.

“O que estamos tratando neste instante aqui é somente emergencial, o que precisamos para não levar o país à completa paralisação”, comentou, durante a apresentação da minuta da PEC, citando que estão “trabalhando com muita responsabilidade”.

NAS ENTRELINHAS



Por Luiz Carlos Azedo
luizazedo.df@dabr.com.br

Lula propõe aliança estratégica com o agronegócio

A reforma agrária, a velha bandeira da esquerda brasileira, que remonta ao debate sobre a industrialização na década de 1930, partia da premissa de que monocultura agrícola, inclusive a agromanufatura açucareira, era uma das causas do nosso subdesenvolvimento. Havia até então a concepção de que somente a eliminação dos grandes latifúndios poderia desenvolver o capitalismo no campo, o que na verdade já existia desde o fim da escravidão.

Essa compreensão, por exemplo, ignorava o fato de que o Convênio de Taubaté havia mudado completamente a relação do Brasil com o mercado mundial de café, sendo um fator decisivo para a própria industrialização, principalmente em São Paulo, cujos cafeicultores acumularam muito capital e priorizaram os investimentos em atividades produtivas, em vez do

patrimonialismo que predominou em outras regiões do país.

Fruto de um pacto entre os governadores de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro, respectivamente Jorge Tibiriça, Francisco Sales e Nilo Peçanha, o Convênio de Taubaté fora assinado em 6 de fevereiro de 1906, garantindo a compra do café por um preço mínimo e a regulação dos estoques para controlar os preços internacionais, mais ou menos como fazem hoje os países produtores de petróleo. Na ocasião, o presidente Rodrigues Alves não se dispôs a assumir o ônus desta política, porém, os estados assumiram a compra do café excedente.

Com a eleição de Afonso Pena, essa situação finalmente iria mudar, cabendo ao governo federal manter a política de valorização do café. Os resultados foram positivos. Na década seguinte, o lucro conseguido pelos cafeicultores

iria aumentar consideravelmente devido ao crescimento da compra do produto no mercado internacional. A modernização das principais cidades do país, principalmente o Rio de Janeiro, tem tudo a ver com o êxito dessa política.

Nada disso, porém, abalou o dogma da esquerda de que o país não poderia se desenvolver sem reforma agrária e nacionalização das empresas estrangeiras, o chamado caminho da “revolução brasileira” (a democracia estaria em segundo plano). No começo da década de 1960, enquanto Francisco Julião e suas ligas camponesas defendiam a reforma agrária “na lei ou na marra”, o presidente João Goulart prometia realizar as reformas de base por decreto, à revelia do Congresso, o que foram fatores decisivos para o êxito do golpe militar de 1964.

Por pura ironia, o Estatuto da Terra, aprovado no governo

EMERGE DA COP27 UMA NOVA INSTITUCIONALIDADE AMBIENTAL, NA QUAL O BRASIL PRECISA SE INSERIR, POIS DITARÁ OS RUMOS DAS RELAÇÕES COMERCIAIS E DAS CADEIAS GLOBAIS DE PRODUÇÃO

Castelo Branco, viria a ser o instrumento da reforma agrária no ciclo de modernização conservadora da década de 1970. O governo Fernando Henrique Cardoso, tendo Raul Jungmann como ministro da Reforma Agrária, foi aquele que mais desapropriou terras, distribuiu títulos de propriedade e assentou trabalhadores rurais da história republicana, além de ter criado o Pronaf, o muito eficiente programa de financiamento de agricultura familiar do país.

Créditos de carbono

Desculpem-me esse longo parêntesis. O fato é que o Brasil se tornou o maior produtor de proteína animal do mundo e é um dos maiores produtores agrícolas do planeta. Com monocultura e grandes propriedades agrícolas, fez uma verdadeira revolução agrícola no campo, que

hoje lidera a economia do país em termos de inovação e tecnologia embarcada. Não depende mais da expansão da área cultivada e dos pastos para aumentar a produção de alimentos, porém, precisa se preocupar com a questão ambiental. As atividades rurais predatórias, principalmente na Amazônia, são um anacronismo, que compromete o futuro de nossa integração à economia mundial, devido às retaliações que poderiam advir em razão da política mundial de combate aos gases do efeito estufa e ao desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.

Assim como existe institucionalidade financeira na globalização, emerge da COP27 uma nova institucionalidade ambiental, que ditará os rumos das relações comerciais e das cadeias globais de produção. Por isso tudo, faz todo sentido a aliança estratégica com o agronegócio para combater o desmatamento e promover a nova economia proposta pelo presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, ontem, em seu pronunciamento na COP27, no Egito.

Um grande passo seria regulamentar a Política Nacional de Pagamento por Serviços Ambientais

(PNPSA), que pode beneficiar grandes e pequenos produtores, ao remunerar ou recompensar quem protege a natureza (créditos de carbono) e mantém os serviços ambientais funcionando em prol do bem comum. De iniciativas dos deputados federais Rubens Bueno e Arnaldo Jordy, com as diversas alterações realizadas no Senado Federal e aperfeiçoamentos das duas casas legislativas, a Lei 14.119 definiu conceitos, objetivos, diretrizes, ações e critérios de implantação do programa.

Em países como Costa Rica, México, Colômbia, EUA, Holanda, Canadá, China, Equador, Zimbábue, Bolívia, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Venezuela, República Dominicana e Austrália já existem disposições normativas que regulam a gestão do PSA. Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, e diversos municípios brasileiros, dispõem de normas jurídicas específicas para implementar uma nova política ambiental e financiar o desenvolvimento sustentável, em parceria com o agronegócio. É mais uma ferramenta de combate às iniquidades e injustiças sociais no campo.